economistas

Revista do Conselho Federal de Economia – COFECON
ano 1 | nº 1 | dezembro 2009

FEA/USP homenageia Delfim Netto nos 58 anos de profissão de seu Professor Emérito
pág. 6

Do aquecimento global ao Ecodesenvovimento
Uma nova proposta de José Eli da Veiga
pag. 18

Brasil pós-crise
Fábio Giambiagi e Octávio de Barros organizam uma Agenda para a proxima década
pág. 24

Delfim, economista

Os 58 anos de profissão de um ícone brasileiro

DESENVOLVIMENTO, CRESCIMENTO E PROSPERIDADE, NÃO SE FAZ COM MÁGICAS:

SE FAZ COM CIÊNCIA, TRABALHO E ECONOMISTAS

COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

ECONOMISTAS

Revista do Conselho Federal de Economia - COFECON

COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

Sede: Setor Comercial Sul, Quadra 02, Bl. B, sala 501
70318-900 - Brasília/DF
Tel: (61) 3208 1800
Fax: (61) 3208 1814
E-mail: cofecon@cofecon.org.br

Presidente
Pedro Calmon Pepeu Garcia Vieira Santana

Vice-Presidente
Edivaldo Teixeira de Carvalho

CONSELHEIROS FEDERAIS EFETIVOS

Antonio Melki Júnior (RJ)
Edivaldo Teixeira de Carvalho (PB)
Ermes Tadeu Zapelini (SC)
Heron Carlos Esvael do Carmo (SP)
João Manoel Gonçalves Barbosa (RJ)
Kanitar Aymoré Sabóia Cordeiro (PR)
Eduardo Lima Bentes (AL)
Marcus Moreschi de Faria (GO)
Maria Dirlene Trindade Marques (MG)
Osmar Gonçalves Sepúlveda (BA)
Pedro Andrade de Oliveira (PI)
Pedro Calmon Pepeu Garcia Vieira Santana (MT)
Raimundo Rocha Júnior (MA)
Ricardo José Senna (MS)
Sebastião José Balarini (ES)
Synésio Batista da Costa (SP)
Wagner Borges (TO)
Wilson Roberto Villas Boas Antunes (SP)

CONSELHEIROS FEDERAIS SUPLENTES

Antônio Alberto Machado Pires Valença
Antonio Luiz de Queiroz Silva
Carlos Henrique Tibiriçá Miranda
Dilma Ribeiro de Sousa Pinheiro
Edson Peterli Guimarães
Gustavo Francisco Fanaya Dluhosch
João Eduardo de Resende
Juscelino Thomaz Soares
Marcos Antônio Moreira Calheiros
Marco Antônio Sandoval de Vasconcellos
Paulo Hermance Paiva
Paulo Salvatore Ponzini
Pedro Moreira Filho
Robson Borges Salazar
Valmir Martins Falcão Sobrinho
Waldir Pereira Gomes

Sumário

6 FEA/USP homenageia Delfim Netto

18 Ecodesenvovimento

24 Brasil pós-crise

29 Endereços de todos os Conselhos Regionais de Economia

Conselho Editorial
Pedro Calmon Pepeu Garcia Vieira Santana
Edivaldo Teixeira de Carvalho
Wilson Roberto Villas Boas Antunes
Luiz Alberto Machado
Suely Chacon
Ricardo José Senna

Editor
Jornalista Sergio Storti
MTB 10912-SP

Editor Assistente
Jornalista Manoel José Castanho

Designer gráfico
Aristides Neto

A palavra do presidente

O Conselho Federal de Economia apresenta aos seus profissionais inscritos e aos membros da sociedade em geral a sua revista oficial, ECONOMISTAS.

O COFECON mantém canal de comunicação regular com os seus profissionais por meio do Jornal COFECON, espaço onde são tratadas as relações e interesses dos economistas e de suas entidades de classe, assim como os assuntos do seu dia-a-dia. É um meio de comunicação interno.

Abre agora com esta revista, um canal de comunicação externo, com a sociedade, com os seus mais destacados representantes, com lideranças de outras profissões, com os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, com os partidos políticos, com as organizações e segmentos da sociedade, com as não-governamentais, com universidades e faculdades e diretórios acadêmicos, enfim com públicos aos quais os economistas prestam seus serviços, e aos quais a análise e interpretação mais profunda das questões econômicas interessam.

A revista aprofundará o debate das questões mais relevantes da Economia, nacional e internacional, como pede o mundo globalizado deste século XXI. E como demanda a própria sociedade, por análises e informações abalizadas, oriundas de profissionais, de estudiosos, de pesquisadores cujos estudos e obra possam contribuir para o melhor entendimento das questões mais críticas, para que tenham elementos mais seguros para seu posicionamento e atitude diante delas.

Com este lançamento o COFECON dá um fecho brilhante aos trabalhos deste ano, de muitas realizações, como pode ser visto parte delas - o período de janeiro a agosto - no Relatório de Gestão 2.009, já publicado na página inicial do site www.cofecon.org.br .

Concluindo a completa federalização do Sistema COFECON/CORECONs, instalou-se em 2.009 o mais jovem Conselho Regional de Economia do país, no dia 06 de julho, em Boa Vista, Roraima. Agora cada estado tem seu próprio Conselho Regional de Economia, e em funcionamento, e os economistas tem sua Entidade representativa presente em todos os estados da Federação, como se pode conferir na relação de endereços e contatos que está na página 29.

Mas, mesmo tendo sido completada a presença dos Conselhos Regionais em todo o país, 2009 foi também um ano de disputas e desacordos quanto à forma de representatividade dos economistas, entre correntes de pensamento diferente.

Durante 56 anos de existência do COFECON, as vagas de Conselheiros sempre tiveram como definição a representação dos estados prevista na regulamentação vigente até então. Em 2006 foi conquistada uma antiga reivindicação que era feita pelos estados da Federação até então não participantes da Plenária, que era a de serem representados por seus próprios Conselheiros, com a sua inclusão nas deliberações da Plenária do Conselho Federal. E, a partir de 2008 passamos a ter a representação de todos os estados da Federação.

Em 2009, por ação isolada de alguns economistas, principalmente da Região Sudeste e Sul, que viram frustrados os seus projetos de poder e de permanência nele, utilizando-se de medidas liminares de primeira instância, tentaram a defenestração da representação dos estados de PE, CE, PA, AM, SE, RO, AP e RR e AC.

A intenção era a de ao tomar essas vagas dos estados por eles denominados de "menores", aumentar proporcionalmente as suas próprias representações, adicionando aos seus quadros mais um conselheiro para SP, RJ, RS, PR, SC, MG, BA e DF. O que significa uma agressão ao Regimento Interno do COFECON, instituição que sempre se pautou pelo princípio da legalidade, da parcialidade, e uma agressão aos princípios democráticos que devem reger a todos e a tudo no nosso país.

O Conselho Federal vive hoje com sua plenária defasada. As pendências que perduram na Justiça sobre estas questões fazem com que os estados, tanto aqueles que tiveram suas vagas cassadas como aqueles que pretendem ter sua representação aumentada, fiquem fora das discussões do Plenário, o que é extremamente lamentável.

Mas o tempo e a Justição hão de resolver essas questões no mais breve espaço possível, e há no horizonte um projeto de lei, o PLS 658/07, em tramitação no Senado, que propõe uma forma de representação que foi fruto de resultados do que foi conquistado no passado e vigiu em 2008. A sua aprovação colocará fim nas desavenças. É o que esperamos ardentemente.

O lançamento da revista ECONOMISTAS é um marco para o COFECON. Significa a tomada de posições, significa colocar os economistas mais próximos da sociedade, exercendo sua função de pensadores, de filósofos, de produtores de conhecimento e de crítica construtiva para o aprimoramento de todos os processos sociais que estão envolvidos na Economia, a busca pelo bem-estar de todos como o principal deles.

É, portanto, com orgulho que apresentamos aos economistas e à sociedade esta revista, cujos espaços estão, desde já, abertos ao debate e à construção de um Brasil melhor para todos os brasileiros.

Pepeu Garcia
Presidente do COFECON

Delfim, brasileiro, economista

Antonio Delfim Netto é o sinônimo mais evidente de economista no Brasil. Sua carreira começa exatamente no ano em que Getúlio Vargas assina a lei 1411, de 1951, que institue a profissão no Brasil. Também em 1951 formou-se economista, pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo.

Já em 1963 recebeu o título de Professor Catedrático de Teoria do Desenvolvimento Econômico, e com esse mérito acadêmico, Delfim Netto se converte no primeiro ex-aluno da FEA, e primeiro economista formado depois da regulamentação da profissão, a ocupar uma posição de catedrático na Faculdade.

Texto e fotos: Sergio Storti

Biografia de um ícone

Nascido em São Paulo no ano de 1928, Delfim formou-se em Economia pela FEA em 1951. No ano seguinte, tornou-se professor assistente de Estatística Geral e Econômica, sob orientação do professor Luiz de Freitas Bueno. Em 1959, conquistou a Livre-Docência com a tese "O Problema do Café no Brasil", e em 1963 recebeu o título de Professor Catedrático de Teoria do Desenvolvimento Econômico, com a tese "Alguns Problemas do Planejamento para o Desenvolvimento Econômico". Graças a esse mérito acadêmico, Delfim se converteu no primeiro ex-aluno da FEA, e primeiro economista formado depois da regulamentação da profissão, a ocupar uma posição de catedrático nessa Faculdade.

Seus trabalhos didáticos e de pesquisa foram, nessa fase, voltados para o estudo de problemas da economia brasileira, planejamento governamental e teoria do desenvolvimento econômico. Sua linha de pensamento baseou-se essencialmente na aplicação da teoria neoclássica, no plano microeconômico, e idéias keynesianas ou monetaristas, no plano macroeconômico.

No início dos anos 1960, além de professor na faculdade, exerceu atividades extra-acadêmicas, entre elas a participação na Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai, política de Estado para o planejamento regional. Prestou ainda consultorias à Associação Comercial de São Paulo e realizou estudos para a Associação Nacional de Programação Econômica e Social, entidade financiada por banqueiros paulistas, que publicou em 1964 seu importante trabalho intitulado "Alguns Aspectos na Inflação Brasileira".

Fotos: OEB

Em 1966, iniciou sua ascensão política. Nesse ano, foi nomeado Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo. Já no ano seguinte, em 1967, assumiu o cargo de ministro da Fazenda. Dirigiu a economia brasileira entre 1967 e 1974 , período conhecido como "Milagre Econômico".

Depois foi embaixador do Brasil na França. Permaneceu em Paris de 1975 a 1978. De regresso ao Brasil, assumiu o cargo de ministro da Agricultura. Em 1979, foi nomeado para o Ministério do Planejamento.

Em 1983, na USP, ocupou a Cátedra de Análise Macroeconômica. Quatro anos mais tarde, em 1987, em função de suas iniciativas acadêmicas e experiência profissional, recebeu o título de Professor Emérito.

Eleito deputado federal em 1987, permaneceu na Câmara dos Deputados até 2007.

Atividades Parlamentares

(dados da Câmara dos Deputados):

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE: Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica, da Comissão da Ordem Econômica: Presidente; Subcomissão do Sistema Financeiro, da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças: Suplente. CONGRESSO NACIONAL: Comissão Mista Controladores de Instituições: Vice-Presidente e Titular; Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização: Suplente; Comissão Mista Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional: Suplente; Comissão Mista Legislação Tributária Federal: Suplente; Comissão Mista Responsabilidade Solidária e Indisponibilidade de Bens: Vice-Presidente e Titular. CÂMARA DOS DEPUTADOS: COMISSÕES PERMANENTES: Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática: Suplente; Constituição e Justiça e de Redação: Suplente; Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio: Titular, 3/2006-4/2006 e Suplente, 3/2005-3/2006; Direitos Humanos: Suplente; Economia, Indústria e Comércio: Titular e Suplente; Finanças e Tributação: Presidente, Segundo-Vice-Presidente, Titular, 3/2005-3/2006, 4/2006- e Suplente, 3/2006-4/2006; Fiscalização Financeira e Controle: Presidente, Titular e Suplente; Relações Exteriores e de Defesa Nacional: Suplente; Minas e Energia: Suplente, 4/2006-. COMISSÕES ESPECIAIS: ALCA – Área de Livre Comércio das Américas: Suplente; Amenizar Tributação Cumulativa: Presidente e Titular; Implementação ALCA: Titular; PEC nº 6/95, Monopólio do Petróleo: Titular; PEC nº 33/99, Juízes Classistas: Tilular; PEC nº 41/03, Reforma Tributária: Titular; PEC nº 53/99, Sistema Financeiro: Titular; PEC nº 55/91, Ajuste Fiscal: Titular; PEC nº 228/04, Reforma Tributária: Titular-; PEC nº 407/01, Prorrogação da CPMF: Relator e Titular; PL nº 5.476/01, Tarifas da Telefonia Fixa: Titular, 5/2005-; PL nº 6.666/06, Lei do Gás: Titular, 4/2006-; PLP nº 18/99, Responsabilidade Fiscal: Titular; Programa de Estabilização do Governo: Titular; Projeto em Trâmite Sistema Financeiro Nacional: Titular e Suplente; Projetos de Lei Legislação Tributária: Titular; Reforma Tributária: Titular-. COMISSÕES EXTERNAS: Cerimônias Fúnebres do Sepultamento do Governador Mário Covas: Titular.

Condecorações

Entre as principais condecorações recebidas pelo professor Delfim, destacam-se as Ordens de Boyaca, Colômbia; de Cristo, Portugal; do Mérito Militar, MEx; do Mérito Aeronáutico, MAer; do Mérito Naval, MM; do Mérito Educativo, MEC; do Mérito da República Italiana, Itália; Legion D' Honneur, França; de Rio Branco, MRE.

FEA-USP

A Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP) é uma instituição pública de ensino e pesquisa conhecida no país e no exterior pela excelência de seus cursos, pela qualidade de sua produção acadêmica e pelos inúmeros serviços prestados à comunidade. Na linha de frente das instituições que formam economistas, administradores e especialistas em contabilidade e atuária no Brasil, a FEA-USP pauta suas atividades pelos elevados padrões da Universidade de São Paulo e alia o conhecimento sobre a realidade brasileira ao referencial teórico e metodológico dos mais avançados centros de conhecimento internacionais.

Fotos: OEB / Flávio Roberto Guarnieri

FEA/USP presta sua homenagem

O reconhecimento formal ao Professor Delfim pelos grandes préstimos e enormes contribuições à profissão e a Teoria Econômica deu-se numa cerimônia organizada pela FEA/USP, amplamente concorrida, em 3 de dezembro de 2009, quando foi inaugurada na Faculdade a Sala "Antonio Delfim Netto", homenagem que se eternizará ao hoje Professor Emérito da FEA-USP, que ao ingressar na vida pública, tornou-se o mais evidente ícone do que é um economista, num país cuja grande massa, ali por meados de 1966, nem sabia direito que este profissional existia. Os economistas Carlos Antonio Rocca e Octávio de Barros foram incumbidos de homenagear Delfim em discurso, e são as íntegras deles que transcrevemos a seguir.

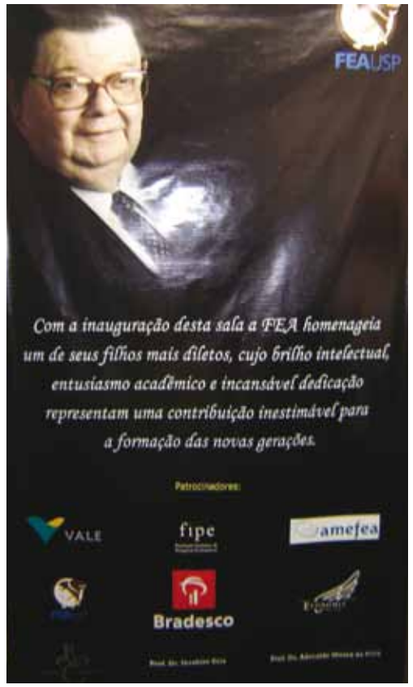

Foto: Sergio Storti

A homenagem de Carlos Antonio Rocca

Foto: Sergio Storti

Estamos aqui hoje para homenagear o Professor. Antonio Delfim Netto. Claro, não ignoramos sua brilhante carreira profissional na qualidade de secretario de estado, ministro, embaixador, deputado reeleito em várias legislaturas, membro de conselhos de entidades publicas e privadas, renomado consultor econômico e tantas outras atividades de relevo. Mas o que nos reúne hoje é tão somente o desejo e a satisfação de homenagear o professor Delfim.

Para Delfim Netto, a designação de professor vai muito além do cargo conquistado por provas e títulos na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. Trata-se de uma posição construída ao longo de décadas de atuação, em que configurou o verdadeiro significado da atuação de um professor de economia, ensinando a pensar, mostrando o caminho , desafiando a inteligência de seus alunos e seus pares. Embora qualquer um possa discordar de suas posições, e muitos o fazem, creio que todos concordam ser quase impossível ler um artigo ou ouvir uma manifestação do Prof. Delfim sem que isso não agite sua inteligência, aguce sua curiosidade e melhore sua forma de pensar sobre o assunto, ainda que sua conclusão seja dissonante.

Lembro-me daquele grupo de recém formados que fizeram o melhor pós-graduação, com dois anos de seminários diários comandados pelo Prof. Delfim, às 7:00 da manhã e na hora do almoço, em que a cada um era a atribuída a tarefa de estudar e expor ao debate os melhores livros texto da época – matemática para economistas, macro economia, micro economia, desenvolvimento econômico - e mais de cem artigos dos mais relevantes da bibliografia internacional. Esse programa sempre foi aberto à participação de acadêmicos e professores de outras faculdades e outras escolas de pensamento. Completamos o programa com os famosos seminários do whisky das sextas feitas, em que estudávamos economia marxista e contávamos com a grande cultura do Prof. Heraldo Barbuy. Mais adiante, esse esforço de formação de quadros foi institucionalizado com a criação do IPE e da FIPE, a realização de convênios com universidades do exterior e a participação de vários professores estrangeiros, esforço esse que sempre contou com a participação do saudoso Prof. Luiz de Freitas Bueno..

Nos últimos anos, o Prof. Delfim voltou à faculdade – bem ao seu estilo – organizando uma série de seminários, inicialmente sobre "O Brasil no Século XXI: Desafios do Futuro". e depois sobre o "Estado da Arte em Economia", abrangendo assuntos técnicos como econometria e macroeconomia, mas também temas como o pensamento marxista, a questão da concorrência nos mercados, etc. Uma característica marcante desses seminários é a participação de acadêmicos da FEA, de outras faculdades, enriquecendo o debate com diferentes escolas de pensamento econômico.. .

Poucos mergulharam com tanta profundidade e disposição no conhecimento e compreensão dos modelos econômicos e dos métodos econométricos, destacando sempre a preocupação metodológica fundamental de que hipóteses e modelos teóricos devem ser submetidos sistematicamente ao teste da realidade. Hipóteses e modelos não rejeitados servem para nos ajudar a entender a realidade até que eventualmente sejam substituídos por modelos ainda melhores.

Um numero ainda menor de economistas conseguiu preservar integralmente seu poder de critica a essas ferramentas, não se deixando enganar pela falsa precisão com que esses modelos ou teorias supostamente explicam o passado e, menos ainda, pelo seu poder de projetar o futuro.

Nesse sentido todos conhecem, por exemplo, sua critica ferina aos modelos que pretendem determinar o máximo crescimento potencial da economia, com base no reconhecimento de que os modelos utilizados tem limitações conceituais e empíricas suficientes para lançar sérias duvidas sobre a consistência dos seus resultados. Da mesma natureza é sua avaliação do que denominou "econofisicos" cujo desenvolvimento e utilização de modelos sofisticados de quantificação do risco transmitiu a falsa impressão de que os riscos

tinham sido devidamente avaliados e que os investimentos financeiros eram seguros. Trata--se de uma lição extraída da ultima crise internacional.

Igual ênfase de critica é dirigida à crença de plena eficiência dos mercados, o que garantiria sempre a melhor alocação possível dos recursos, combinada com a hipótese de que necessariamente o objetivo da sociedade é maximizar o crescimento de longo prazo. No primeiro caso, parte do reconhecimento de que a hipótese de eficiência requer condições que em geral não prevalecem na realidade. No segundo caso, trata-se de questionar a noção de que um grupo de economistas ou burocratas iluminados possa definir os objetivos e critérios "racionais" de otimização do bem estar, à revelia da sociedade, e fora do âmbito político Essa interação entre o econômico, o político e o social, a eficiência do mercado e a liberdade individual, o papel do Estado na criação das melhores condições para o funcionamento do sistema de preços, ao mesmo tempo em que tenta corrigir as imperfeições do mercado, garante a competição e busca a igualdade de oportunidades, permeia muitos dos seus trabalhos e artigos na imprensa diária.

Claro, não se trata de uma posição isenta de valores, até porque pode-se questionar a possibilidade de sua existência. Mas transparece a todo momento nesses artigos a preocupação de sustentação empírica desses posicionamentos, com base na cuidadosa referencia à experiência histórica, entendida como um longo processo de aprendizado, no qual as sociedades se envolveram ao longo de milhares de anos. Nesse processo, o sistema de mercado, o capitalismo, aparece como um modo que tem permitido organizar de modo eficiente as atividades e a cooperação econômica, em que a confiança – suprida essencialmente pelo aparato institucional que assegura respeito a contratos, estabilidade monetária, direito de propriedade - é o cimento fundamental . Ao mesmo tempo o Estado vai intervir para buscar corrigir alguns problemas que o mercado não resolve: a desigualdade entre pessoas e países via mecanismos de transferência e de democratização das oportunidades; a compensação por danos ao meio ambiente, não refletidos nos preços de mercado, via algum grau de intervenção, e assim por diante.

Será que o Prof. Delfim adotou uma ideologia de esquerda, tantas as vezes que defendeu a intervenção estatal? Não creio. Acredito que em larga medida seu posicionamento é revelado num de seu artigos recentes, em que terminou dizendo que "o Estado produtor morreu – numa referencia à malsucedida experiência do socialismo real – viva o Estado indutor que estimula o espírito animal dos inovadores!"

O reconhecimento de que a dinâmica fundamental que conduz à eficiência e ao crescimento está relacionada com a liberdade individual de empreender, à disposição de correr riscos e à existência da confiança de que a cada um é assegurado o direito de se apropriar dos frutos de seu trabalho transparece em vários dos seus artigos. Permito-me ler aqui um pequeno texto extraído de um artigo seu publicado em junho deste ano: "Pode-se dispor de todos os ingredientes para produzir o crescimento: poupança, mão de obra educada e sadia; razoável infra-estrutura, ciência básica adequada, disponibilidade de crédito e pesquisa tecnológica, sem que obtenha um desenvolvimento eficiente, como provaram as economias do "socialismo real". O mais importante instrumento de incentivo para acender o "espírito animal" dos empresários, levá-los a tomar riscos e a combinar aqueles ingredientes físicos num processo produtivo eficiente é a propriedade privada. Nenhum cidadão se disporá à empreitada se não souber que poderá usufruir do fruto do seu esforço. A história mostra que as sociedades que permitiram a livre iniciativa dos seus membros e que eles se apropriassem dos benefícios dessa iniciativa, cresceram mais depressa e com maior liberdade individual".

Não posso deixar de lembrar a surpresa e a agitação gerada pelo artigo agora clássico do Mercado e a Urna. Nesse texto, assinado por um economista freqüentemente relacionado com "a direita", o "neo-lilberalismo" o "conservadorismo" e outras qualificações dessa natureza, o Prof. Delfim mais uma vez demonstrou que o seu senso de realidade está acima de uma cega sujeição a posicionamentos automáticos. A percepção do avanço do processo político brasileiro, a evolução do PT, tal como registrada na Carta de Ribeirão Preto e do então candidato Lula, declarada na Carta ao Povo Brasileiro, passando de uma posição sectária e estatizante para uma opção explicita em favor da economia de mercado, e que foi concluída com uma declaração de voto em Lula, surpreendeu muitos. Isso não o impediu de registrar no mesmo artigo sua crença de que se o novo presidente não entregasse o prometido, a urna, via alternância de poder, se encarregaria de mudar mais uma vez o panorama. .

Nesse contexto, estava inserida, mais uma vez, uma argumentação traduz uma interpretação sugerida pela história e que nos obriga a pensar:: "a combinação do processo democrático-político (a "urna") com o processo capitalista (o "mercado") cria um mecanismo adaptativo capaz de administrar e compatibilizar as contradições entre a relativa igualdade, a liberdade individual e a eficiência produtiva. A URNA corrige os excessos do mercado e o MERCADO, por sua vez, limita os excessos de democratismo da urna. É essa combinação que permite a exploração dos caminhos disponíveis e a acumulação de um aprendizado para resolver os problemas da sociedade. E isso lhe dá as condições de sobrevivência: vai se compondo uma sociedade onde se acomodam, pragmaticamente, aqueles três valores não inteiramente compatíveis.

O Prof. Delfim é o único economista brasileiro escolhido o "Economista do Ano" pela quarta vez agora em 2009, seguindo-se a 1966, 1976 e 1996. A maioria de nós diria todo esse sucesso pessoal e profissional é o resultado de um trabalho árduo, que todos sabemos começa todo dia antes das 7 das manhã, etc, etc. Ledo engano. O Prof. Delfim Neto nunca trabalhou. Não, não se trata de uma acusação leviana de alguém incomodado pelo seu sucesso. É uma confissão dele mesmo, em entrevista ao projeto da História Oral do Departamento de Contabilidade da FEA USP. Depois de registrar que antes de se formar em economia ela já havia se formado contador, ele diz: "O que posso afirmar é que não se escolhe a profissão, ela é que te escolhe. E quando se tem sorte dela te escolher direito, você nunca trabalha, você vive. É isso! H.. Honestamente, eu nunca trabalhei, só vivi! A profissão me deu alegria, satisfação"

Prof. Delfim, queremos dizer que do nosso lado também concordamos: temos tido enorme alegria e satisfação em tê-lo como professor, companheiro de profissão e amigo de todos e desta Faculdade que hoje lhe oferece esta homenagem. Homenagem que é a reiteração daquilo que comparece invariavelmente como sua primeira credencial, ao final de seus incontáveis artigos: Professor Emérito da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

A homenagem de Octávio de Barros

Foto: Sergio Storti

"Primeiramente em nome do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva do Banco Bradesco, particularmente em nome do Sr. Lázaro de Mello Brandão, eu gostaria de agradecer a FEA-Faculdade de Economia e Administração da USP, pelo privilégio e a honra no dia de hoje de sermos um dos patrocinadores desta sala "Antonio Delfim Netto" e de prestar essa homenagem aquele reconhecido por todos não apenas por ser o maior economista vivo do Brasil, mas, sobretudo por ser simplesmente o maior ícone da reflexão econômica instigante no nosso país.

O eterno ministro Delfim Netto, com seu espírito jovial, nos deixa a todos, pertencentes a outras gerações de economistas, absolutamente confortáveis para lhe tratar simplesmente por Delfim. Hoje cedo mesmo, em um comitê de economia que eu presido na Câmara de Americana, Delfim nos presenteou atuando como um debatedor arguto, ágil e contundente das teses defendidas pelo Alexandre Schwartsman, pelo Luis Stulberger e pelo Carlos Kawall. Deu um verdadeiro baile de críticas elegantes que nos fizeram todos ali presentes suavizar o tom e a contundência de vários dos pontos defendidos.

Eu tenho tido o privilégio de conviver há muitos anos com o Delfim porque sou um de seus conselheiros no COSEC-Conselho Superior de Economia da FIESP. E somos colegas no Conselho Superior da Ordem dos Economistas do Brasil. Delfim também tem participado freqüentemente em atividades e debates que organizamos no Bradesco e, mais recentemente, participou de um belo projeto que foi o livro "Brasil Pós-crise: agenda para a próxima década" que eu e Fabio Giambiagi organizamos. Delfim nos brindou com um excepcional artigo (com o singelo título de "A Agenda Fiscal") onde alerta para a urgência do ajuste fiscal e para a necessidade de se estabelecer limites para expansão dos gastos públicos no Brasil. Delfim é um guerreiro na defesa da visão de que o estado-indutor, quando necessário, tem que ser um estado enxuto. Particularmente a contribuição do Delfim no debate fiscal no Brasil é da maior importância, pela qualidade e também pelo simples fato de ele ser ouvido e respeitado por todos.

Fiquei refletindo sobre o que eu poderia em 10 minutos falar do professor Delfim neste momento tão especial. Seria repetitivo relembrar aqui a sua obra e os trabalhos classificados como seminais como "O Problema do Café no Brasil", entre centenas de artigos memoráveis. Entre muitos artigos, é admirável a reflexão que o Delfim faz enfatizando que "o mercado e a urna devem se complementar e nunca devem se ignorar".

Eu decidi destacar duas dimensões que me parecem da maior relevância. Primeiro foi o papel do Delfim no estatuto que adquiriu a FEA em determinado momento de sua história. Ao final dos anos 50 e nos anos 60, Delfim inaugurou um padrão de qualidade acadêmica que a FEA mantém até hoje. Mesmo durante todo tempo em que Delfim esteve fora, no exercício de responsabilidades como ministro em diferentes pastas, a FEA seguiu a trilha de qualidade, em grande medida, pavimentada lá atrás pelo Delfim. Como todos aqui sabem, ele foi um dos fundadores do IPE em 1964 que depois se tornou FIPE em 1973. Foi, portanto imensa a contribuição do Delfim para que a FEA rivalizasse em excelência com as melhores escolas de economia do mundo e ganhasse proeminência como, possivelmente, a melhor escola de economia do Brasil. Essa não é apenas a minha opinião, mas é literalmente um consenso entre os professores, alunos, ex-alunos e por todo setor privado e público brasileiro.

Como ministro da Fazenda nunca é demais lembrar que, mesmo enormemente beneficiado pelas reformas anteriores de Campos e Bulhões e de condições de excepcionais de enforcement vigentes na época, durante o período em que Delfim foi ministro da Fazenda, o Brasil simplesmente cresceu 10% ao ano (9,91%). Eu tenho para mim que não teriam sido apenas as condições excepcionais nas quais ele navegou como policymaker que permitiram que o Brasil fosse à China da época. Não tenho dúvida de que houve sim muito, muito talento, muita visão estratégica de longo prazo. Poucos sa-

bem o quanto Delfim se incomoda até hoje ao lembrar-se do desperdício do período pós 74 quando o Brasil entrou em uma longa rota de auto-engano, desprezando as condições internacionais adversas. Delfim tem uma leitura muito crítica dos descaminhos que nos levaram a todas as fragilidades que fizeram com que o Brasil demorasse praticamente duas décadas para superá-las e, assim mesmo, algumas dessas fragilidades ainda rondam por aí.

O último aspecto que eu gostaria de destacar é o prazer, o deleite, que Delfim exibe pelo debate, pela polêmica, pelo contraponto. Delfim é hoje o maior polemista brasileiro em matéria econômica. É muito provocativo e ao mesmo tempo extremamente elegante, respeitoso e acima de tudo sabe ouvir. Delfim sabe também valorizar pontos de vista diferentes do dele e se permite sempre o benefício da dúvida. Delfim gosta de duvidar daquilo que é tratado como "ponto pacífico", mas jamais briga com números. Eu tenho uma tese de que Delfim seja, mesmo sem declarar, um hirschimaniano (discípulo de Albert Hirschman), ou, como alguns colegas hirschimanianos o chamariam: um "possibilista". Dou-me a liberdade de classificá-lo assim. "Possibilistas" são aqueles que acham que ao lado da boa teoria macroeconômica devemos contextualizar a nossa ação prática no âmbito da "economia política do possível". Eu também me classifico como um "possibilista hirshimaniano, porém com um certo viés ortodoxo". Mas Delfim certamente não se incomoda com isso.

Delfim lida bem com as diferenças de opiniões. Minhas divergências são francamente grandes em alguns temas nos quais ele insiste que minha posição deva ser uma decorrência do meu "vezo do economista de banco", mas eu sei que ele reconhece a qualidade da pesquisa macroeconômica que se realiza em algumas instituições do chamado mercado. Diga-se de passagem, dos 27 economistas de minha equipe no Departamento Econômico do Bradesco, 18 deles são provenientes aqui da FEA. As estocadas delfinianas, acreditem, são sempre muito construtivas e eu vejo isso na prática com os bilhetinhos que ele, de vez em quando, envia elogiando essa ou aquela análise da equipe. Em que pesem os seus comentários implacáveis, o seu estilo cáustico e da dureza de suas críticas, sobretudo naqueles temas que são os seus preferidos para críticas (hiato do produto, PIB potencial etc.), Delfim é alguém que nos obriga a pensar e repensar e não aceitar passivamente o "prato-feito". Há certamente muito mais convergências do que divergências com esse é que é um baita mestre, uma figura icônica com quem eu tenho o privilégio de conviver e de aprender sempre.

Delfim, eu queria te dizer, em nome do Banco Bradesco, e também de muitas gerações de economistas aqui presentes, até o meu filho, de 20 anos, que está no segundo ano de economia da FEA, que é um luxo para qualquer país contar com uma figura tão excepcional e tão construtiva como você.

Portanto, a inauguração desta sala em sua homenagem traduz o reconhecimento de todos aqui presentes pela sua contribuição indelével como economista e como pensador do seu tempo.

Que você mantenha a boa saúde, a boa forma e que continue a nos provocar permanentemente para que possamos ser melhores economistas e melhores cidadãos."

Octávio de Barros
Economista-chefe do Bradesco

Foto: Sergio Storti

Discurso do Prof. Delfim Netto

Foto: Sergio Storti

"Caros amigo, a mim cabe apenas agradecer a tão generosas palavras. Na verdade houve algum exagero, e eu, se fosse os senhores, faria um bom desconto, e talvez chegasse a uma realidade melhor. Eu, realmente, sempre tive muito orgulho da USP, da FEA, sou um "paneleiro" reconhecido...(neste momento, o grande professor tem a voz embargada pela emoção, mas logo se recupera e continua...) – na verdade havia uma grande dúvida sobre isso – mas na realidade eu sou um grande discriminador: a origem do economista, para mim, conta de maneira extraordinária. Eu devo ter cometido inclusive alguns pecados por causa disso, de forma que, em desigualdade de condições, eu prefiro os da USP...(risos).

Este é um fato interessante, pois dediquei minha vida toda à escola, sou muito feliz, fui muito feliz, estou absolutamente contente em estar aqui – estou surpreso por não estar chorando, porque por dentro eu estou – mas, eu gostaria de fazer pequenas observações. A primeira é (brinca ele): Luiz Paulo, vocês me enganaram de forma terrível!(risos: o Prof. Delfim se refere, brincando, ao relato do Prof. Roisenberg, que em sua fala anterior revelara que o prof. Delfim autorizou em determinado tempo da história, no poder, apoio financeiro sugerido por ele para ajudar em alguns momentos difíceis ao DIEESE e à SBPC, oposição em geral ao pensamento delfineano, mostrando assim seu lado aberto à pluralidade de pensamento e generosidade até, mesmo com opositores declarados).

Quanto ao Octávio, eu acho que está tudo justo, porque durante anos, Octávio, eu fui considerado o "dono do Bradesco"... (risos gerais da platéia, pois Octávio de Barros, em seu discurso, dizia estar o Bradesco orgulhoso por poder patrocinar parte daquela homenagem, que ele determinava ser muito mais do que justa e merecida). Eu era "dono" do Bradesco, do Bordon, da Hudson, tinha uma fazenda de 500 mil hectares no Mato Grosso (que eu vendi à vista, um dia no Congresso, ironiza...), de forma que é sempre uma alegria ver que os amigos continuam conosco durante todo o tempo.

A única coisa que eu sinto hoje realmente é inveja dos que vão ter essa próxima década para estudar. Não tenham dúvida: essa crise não foi como as anteriores, essa

DELFIM

foi uma crise especial, e vai mudar a teoria econômica. Basta pensar. Nas outras crises, que são inerentes ao capitalismo, o economista faz a crise e depois a corrige; ou quando acha que a coisa está ficando muito quente, que o tal PIB potencial está sendo atingido (ironiza), ele eleva a taxa de juros, cria um ambiente de expectativa, um pouco de terror, as coisa começam a caminhar, até que caminhem rapidamente para baixo, porque o homem não é um solitário, e um animal gregário, e imitador. O Velho Bacuir...que alguém lembrou aqui, dizia isso como clareza, nos sábados à tarde, ou de manhã, e ele dizia para mim:"-Delfim, vocês estão perdendo tempo; moeda não tem nada a ver com Economia; moeda é uma instituição social – e ele estava certo. A moeda depende basicamente da confiança;só existe se houver dois sujeitos." Portanto, o individualismo metodológico que vocês usam não vai levar a lugar nenhum", prosseguia o Bacuir. Isso há 53 anos. Dizia também "leiam a "Sociologia Geral" , do Pareto, onde há um enorme capítulo dizendo que o homem é um ser irracional; e quando ele é economista , finge a racionalidade; essas coisas são, pois, muito mais antigas do que parecem.

E porque que eu acho que os economistas que estão se formando agora e os que estão aqui na escola, exercitando seu papel, vão ter que enfrentar esse problema? Aquela macro-economia do agente representativo, aquela em que o capital sempre começa com o número 100, aquela macro-economia em que a função de produção global existe, é um dos maiores absurdos. Os economistas fecharam os olhos para as surras que levaram, principalmente os matemáticos, que apanharam dos não-matemáticos; Robson aplicou uma surra no Samuelson. A função de produção é uma identidade, o Simon tinha demonstrado isso em 1957, e até hoje não aprendemos esse fato. Que função de produção pode existir no Brasil? Como é que se coloca uma empresa gigante e uma farmácia no Amazonas? Como se pode agregar isso? O agente representativo joga fora a criança com a água do banho, e nega o maior problema que existe, que nós não conseguimos resolver ainda, que é o da agregação.

O Samuelson foi o economista da nossa geração. Mas um dia ele disse: - "Se nós quisermos fazer da Economia uma ciência, temos que esquecer a História e voltar à Matemática". Não há coisa mais equivocada do que isso. Matemática é um instrumento fundamental, mas ela sem a História não vale coisa nenhuma, é simplesmente matemática, não pode chegar a ser Economia.

A macro-economia vai mudar porque aquela metodologia individualista provou que não funciona, provou que é impossível somar o micro, o pequeno e o macro, é impossível essa integração. O velho Keynes tinha razão, é preciso começar no macro, e entender a interação entre os indivíduos. Olhem para quais são as causas dessa crise; nas outras, como eu disse, nós as produzíamos e as corrigíamos. E cada vez que o economista não conseguia corrigir apelava para um "salvador": o Estado é o "salvador" de última instância. Portanto, essa é uma tolice, a de que o Estado tem que ficar do lado de fora. É preciso um Estado forte, indutor, capaz de acender o "espírito animal" do empresário, porque é ele que faz o crescimento: quem faz o crescimento, na verdade, é o setor privado; o setor Público é um coadjuvante, quando não atrapalha. Esses aspectos ficaram muito claros agora.

E qual foi a reação da profissão diante dessa crise que enfrentamos? Eu vejo duas; uma do pessoal mais ligado à teoria do Ciclo Real, às Expectativas Racionais, representada pelo Lucas, pelo Prescott..., que é uma coisa 'deliciosa'. Eu assisti a uma conferência dele aqui em São Paulo, há uns oito meses, em que ele perguntava: "Que crise é essa?", e respondia: "Não há crise nenhuma, a teoria explica tudo: é simplesmente uma acomodação racional dos agentes às dificuldades que eles estão enfrentando...". De forma que: há desemprego? .É porque "o trabalhador é vagabundo", deu nele um "ataque de vagabundagem" e não trabalha mais...(ironiza). E a segunda reação foi a de outros grupos que concluiu que "essa é uma crise igual às outras...". Não é! Essa crise mostrou que a interação entre os indivíduos, a complexidade da construção das redes e a confiança são a base de tudo e da explicação desse movimento.

Eu não tenho a menor dúvida de que os que estão fazendo pesquisa, os que estão estudando, vão ter nos próximos dez anos uma alegria enorme, porque têm um campo gigantesco para desenvolver modelos mais razoáveis. O nosso modelo hoje, digamos, mais recente, o neo-keynesiano, que é o de modelos dinâmicos estocásticos de equilíbrio geral, não contempla coisas importantes; vi um livro recente, 600 páginas, onde não havia a palavra "crédito", e o velho Schumpeter já tinha dito: crescimento é simplesmente inovação mais crédito. E é por isso que tem ciclos. Só que as teorias que construímos não têm uma coisa importante: não se pode exigir que o economista preveja a crise, porque ela é imprevisível, é um processo de acumulação de tensões, como é um processo físico. Por isso que os "econofísicos" tiveram algum sucesso. E o que são os "econofísicos"? São os economistas que pensam que sabem matemática e os físicos desempregados; se juntaram e produziram uma nova profissão (risos), que chegou à estimativa de riscos. Uma coisa fantástica é que tudo isso começou com Bechalier, naquele "Teoria da Especulação" (cuja tese foi examinada por um matemático consagrado, e não a aprovou, porque disse que não se pode colocar dois sujeitos juntos, pois não têm independência, a tendência é um seguir o outro, ou seja, induz ao "comportamento de manada", que impede de se fazer qualquer previsão e que invalida modelos como aquele). A Teoria Econômica não vai, portanto, fazer previsões, mas os modelos dela devem conter a possibilidade de uma crise (ele se chama na verdade Henri ....Carré, o matemático – O Prof. Delfim lembrado nome do matemático que citara anteriormente e o informa agora...e prossegue na sua explanação), ou seja, os nossos modelos têm que embutir a possibilidade de que a um certo momento o stress produz uma descontinuidade e conseqüentemente a crise. Não há nenhum dos nossos modelos que fez isso. O Tom, com a "Teoria da Catástrofe", tentou , mas não conseguiu.

Por isso que eu estou convencido: vocês é que são felizes. Têm dez anos para reconstruir esse pensamento, e acho realmente que a Escola pode dar uma contribuição muito importante para o desenvolvimento da Teoria Econômica, somando, na verdade, à Matemática, que é indispensável, mas é coadjuvante. Somando com a História, com a Geografia, com a Antropologia, com a Psicologia, com a Sociologia.

Nós fomos uma profissão imperialista, usando aquela hipótese extraordinária de que o homem, procurando o seu interesse (está no velho Adam Smith), acaba produzindo o interesse geral; ele na verdade nunca disse isso com tanta clareza, disse sobre um açougueiro e nós depois deduzimos o resto nos últimos 200 anos.

Mas, o importante é que este processo é uma reconstrução. Vai precisar de uma boa mudança. A microeconomia é muito interessante, muito útil, mas a macroeconomia terá que ser reconstruída.

Eu gostaria de dizer mais uma vez muito obrigado. Eu estou comovido, fiquei muito feliz de estar aqui com vocês.

Muito obrigado!

Foto: Sergio Storti

Do aquecimento global ao ecodesenvolvimento

José Eli da Veiga

Supondo que sejam afastadas as ameaças de imensas catástrofes provocadas por uso de armas atômicas, por bioterrorismo, ou por bio-erros, o monitoramento da mudança climática exigirá que a economia global reduza radicalmente sua emissão de gases de efeito estufa. Mas uma reflexão minimamente aprofundada sobre as perspectivas desse processo que está sendo chamado de "transição ao baixo carbono" levanta dúvidas sobre questões que ainda nem fazem parte das reflexões da comunidade dos economistas.

Por exemplo: será que a continuidade do crescimento econômico poderá ser compatibilizada à exigência que passou a ser chamada de "sustentabilidade"? Será que o progresso social - ou desenvolvimento - sempre dependerá do crescimento econômico? Será que essa relação não está sendo dificultada por avaliações baseadas em convenções ultrapassadas, adotadas quando nem se cogitava sobre a existência de um fenômeno como o aquecimento global?

São respostas as essas perguntas que estão encadeadas nos quatro capítulos do livro **MUNDO EM TRANSE**[1]**:**

1 por mais que possa ser reduzida a intensidade-carbono da economia global, isso não aliviará a já excessiva pressão humana sobre os ecossistemas;

2 não é óbvia a possibilidade de compatibilizar essa exigência de sustentabilidade ambiental como o anseio por mais crescimento econômico;

3 a necessidade de superar o crescimento econômico se coloca de forma inteiramente diferente segundo o grau de desenvolvimento atingido;

4 antes de tudo isso será necessário monitorar o desenvolvimento sustentável (ou ecodesenvolvimento) com indicadores menos toscos que o PIB (Produto Interno Bruto) e IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), como os propostos pelo recente relatório da Comissão Stiglitz[2].

Este artigo apresenta uma curta síntese dos dois primeiros capítulos.

José Eli da Veiga é Professor Titular da FEA-USP
www.zeeli.pro.br zeeli@usp.br

1 - Que está sendo lançado pelo autor com subtítulo idêntico ao título deste artigo pela Editora Autores Associados. **2** - Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress, September, 2009, 291 p. (www.stiglitz-sen-fitoussi.fr).

Transição ao baixo carbono

Transição ao baixo carbono é nome de batismo tardio para um processo que já tem mais de 35 anos. O que há de mais comum entre as nações que já estão bem engajadas nessa transição não é a inevitabilidade dos sacrifícios, embora tal idéia continue bem presente. Basta citar a frase escolhida por Sir David King para subtítulo do livro que escreveu com a jornalista Gabrielle Walker: "Como combater o aquecimento global e manter as luzes acesas".[3] Ao contrário, o que estimula os pioneiros desse processo é a visão de que o combate ao aquecimento global criará uma "nova era de progresso e prosperidade". Não por acaso o subtítulo do mais recente livro de Sir Nicholas Stern, publicado com títulos diferentes dos dois lados do Atlântico.[4]

A melhor maneira de acompanhar o avanço do processo é prestar atenção na "intensidade-carbono" de cada economia. Isto é, na quantidade de emissões de dióxido de carbono (provenientes apenas do uso de energias fósseis)[5] por unidade de produto (inevitavelmente o PIB).

Em termos mais precisos: essa "intensidade-carbono" costuma ser medida pelo peso (em toneladas métricas), de CO2 de origem fóssil emitido para cada mil dólares de PIB de 2000, em paridade de poder de compra.[6] Por isso, as cifras costumam aparecer em tonCO2/mil US$. Mas fica muito mais simples dividir tudo por mil para poder expressá-las em gramas (ou quilos) por dólar.

No período 1980-2006, essa intensidade-carbono caiu mais do que um terço no clubinho dos países considerados desenvolvidos. De pouco mais de 600 gramas por dólar (g/$) para pouco menos de 400. Nesse período, o declínio global da intensidade-carbono foi da ordem de um quarto. O CO2 emitido por uso de energias fósseis por dólar de PIB caiu de pouco mais de um quilo para 770 gramas.[7]

O problema é que esse óbvio descolamento em relação ao crescimento das economias não quer dizer que tenha havido redução, ou mesmo estabilização, das emissões. Muito pelo contrário, a descarbonização foi apenas relativa, pois, como se sabe, não resultou em movimento ao baixo carbono em termos absolutos. As emissões globais oriundas do uso de energias fósseis são hoje 60% superiores às de 1980 e 80% às de 1970. Pior: são 40% superiores às de 1990, o ano base do Protocolo de Kyoto.

Esse é um problema gravíssimo, que está longe de se restringir à questão do aquecimento global. O descolamento relativo acompanhado de aumento da pressão absoluta pode ser constatado em muitos outros tipos de pressão sobre os recursos naturais. Essa é a questão crucial - de desmaterialização sem alívio ecossistêmico – que ocupa o centro do argumento do livro.

Se mesmo as economias mais ecoeficientes continuam a aumentar a pressão sobre os recursos naturais, só pode ser por causa de um aumento de seu tamanho que mais do que compensa os ganhos obtidos pelo descolamento relativo. Em termos mais diretos: por causa do crescimento dessas economias. O que remete ao debate sobre a natureza da relação que existe entre crescimento econômico e sustentabilidade ambiental.

3 - Gabrielle Walker & Sir David King, O Tema Quente – Como combater o aquecimento global e manter as luzes acesas, Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. **4** - Nicholas Stern, A Blueprint for a Safer Planet – How to manage climate change and create a new era of progress and prosperity, London: The Bodley Head, 2009; Nicholas Stern, The Global Deal – Climate change and the creation of a new era of progress and prosperity, New York: Public Affairs, 2009. **5** - Excluindo as advindas das chamadas "mudanças de uso das terras" como os desmatamentos e queimadas, as emissões de metano da agropecuária, de arrozais, de hidrelétricas etc. **6** - US Energy Information Administration - International Energy Annual 2006 – Table H.1pco2 – World Carbon Intensity – World Carbon Dioxide Emissions from the Consumption and Flaring of Fossil Fuels per Thousand Dollars of Gross Domestic Product Using Purchasing Power Parities, 1980-2006 (Metric tons of Carbon Dioxide per Thousand (2000) U.S. Dollars. Table Posted: December 8, 2008. **7** - Conforme cálculo feito no recente relatório Prosperity without growth? preparado pelo professor Tim Jackson para a Comissão de Desenvolvimento Sustentável do governo britânico: www.sd-commission.org.uk/pages/redefining_prosperity.html

Crescimento e sustentabilidade

Mais de uma centena de nações têm se mostrado incapazes de obter crescimento econômico, mesmo o de tipo extensivo, que ao menos atenda às necessidades básicas de populações que nas próximas décadas continuarão a aumentar a taxas bem elevadas. No extremo oposto, encolhem as populações das duas ou três dezenas de países que mais tiveram crescimento intensivo no século passado, e que hoje exibem PIB per capita de mais de 25 mil dólares-PPC, ou IDH superior a 0,930. E no meio há ainda um "centrão" formado por cinco ou seis dezenas de nações em ascensão, nas quais inevitavelmente se reproduzem, ou são até exacerbados, os impactos negativos do crescimento intensivo. Basta seguir, por exemplo, as emissões totais de carbono da China, Índia, Brasil, Indonésia, África do Sul e outros grandes emergentes do segundo mundo.

O grande problema é que estabelecer essas distinções esbarra imediatamente na forte convicção coletiva de que não há nada de errado com o crescimento econômico, de que ele sempre será benéfico, sejam quais forem as circunstâncias. E talvez não tenha surgido melhor ilustração do que o trabalho de uma comissão formada por 18 sumidades de 16 países, sob a liderança de Michael Spence, Robert Solow e Danny Leipziger: "The Growth Report – Strategies for Sustained Growth and Inclusive Development", publicado em meados de 2008 pelo Banco Mundial, e que tem sido citado como "Relatório Spence".

Essa comissão propõe que o mundo se mire no exemplo de 13 países que, desde 1950, conseguiram que seus PIB crescessem a uma taxa média igual ou superior a 7% em período de ao menos 25 anos: Botsuana, Brasil, China, Hong Kong, Indonésia, Japão, Coréia, Malásia, Malta, Omã, Cingapura, Taiwan e Tailândia. Sem sequer discutir se poderia ser possível para o conjunto aquilo que foi possível para uma de suas partes - caindo assim na conhecida falácia da composição - esse relatório pretende que o PIB mundial possa mais do que quintuplicar (aumentar 5,4 vezes) em um quarto de século.

Isso não quer dizer que sejam liminarmente ignorados problemas como o do aquecimento global, ou do aumento relativo dos preços de alimentos e energéticos. Ao contrário, na quarta parte do documento eles são considerados, junto com as revoltas contra a globalização, tudo amalgamado como "novas tendências globais", mas que seriam inteiramente exógenas. Isto é, que nada teriam a ver com o próprio crescimento econômico. Nem mesmo a dificuldade de reduzir emissões de gases de efeito estufa chega a ser considerada nesse cenário de multiplicação do PIB mundial por 5,4 em um quarto de século.

Uma pergunta é aqui inevitável: o que faz com que essas 18 altas autoridades em ciência econômica imaginem que aumentos do PIB não tenham custos socioambientais? E a principal resposta resulta de um raciocínio muito comum, que também é dos mais falaciosos: o do já enfatizado descolamento relativo ("decoupling"). Como em um dólar de PIB é consistentemente declinante a participação relativa de recursos como petróleo e minérios, deduz-se que não existam limites naturais ao crescimento econômico.[8]

Um raciocínio que é duplamente inconsistente. Pois, por um lado, ignora que continua a aumentar o fluxo de recursos naturais que atravessa a economia, mesmo que diminua no PIB seu peso monetário relativo. E, por outro, ignora que o valor é sempre acrescentado pelos humanos, mediante sua força e meios que criam para produzir (trabalho e capital), o que inclui evidentemente conhecimento e inteligência. Raciocina-se como se fosse possível a criação de valor adicionado sem uma coisa à qual ele se adicione, em geral recursos naturais.

8 - "Knowledge and ingenuity, not oil or minerals, account for much of the value that has been added to the global economy in recent years... If this pattern holds in the future, the amount of natural resources required to produce a dollar of GDP will continue to decline" (p.98).

O dilema

Como a prosperidade não é algo que possa ser reduzido à produção ou ao consumo, ela também não pode ser entendida como sinônimo de crescimento econômico. Ao mesmo tempo, nada garante que prosperidade sem crescimento seja algo realmente possível. Seria necessário demonstrar que a ausência de crescimento econômico não diminuiria a capacidade de uma sociedade progredir. Por isso, levar a sério o custo ambiental do crescimento tende a gerar um inevitável embaraço, que costuma ser chamado de "dilema do crescimento".

Os economistas mais convencionais negam a existência desse dilema, recorrendo justamente à noção de descolamento relativo. Afirmam que reconfigurações dos processos produtivos e mudanças na própria concepção de bens e serviços fazem com que eles exijam cada vez menos transformação de insumos materiais e energéticos. Isto é, que se tornem cada vez menos dependentes do que pode ser chamado de "transumo" material em tradução literal do termo inglês "throughput".

Todavia, a questão nem é tanto a de saber o que autorizaria tamanha generalização para toda a economia de uma tendência até agora observável apenas para alguns produtos e processos. O maior problema do raciocínio convencional está em supor que esse fenômeno relativo chamado de descolamento também alivie a pressão absoluta sobre os recursos naturais. E o que mais interessa em termos de sustentabilidade ambiental é a comparação do tamanho da economia à sua base ecossistêmica. Em outras palavras, saber se com desmaterialização e maior eficiência energética será resolvido o problema elementar da existência de limites naturais à expansão do subsistema econômico.

As evidências contrariam a tese convencional, mesmo em casos nos quais o descolamento tem se mostrado até espetacular, como em algumas quedas de intensidade-carbono citadas acima. Mas talvez não haja melhor ilustração do que a própria "intensidade-energética" da economia global.[9] Isto é, a quantidade de energia primária por unidade de produto.

Em queda contínua há décadas, ela é hoje um terço menor do que era em 1970. Fenômeno que foi três vezes mais rápido nos países da OCDE. Aliás, nos Estados Unidos e na Grã Bretanha a atual intensidade energética é 40% inferior à de 1980. Como conseqüência, essa maior eficiência no uso dos recursos energéticos também en-

gendrou as já descritas quedas de intensidade-carbono.

Todavia, nada disso deve levar a pensar que a tendência também foi favorável em termos absolutos. Muito pelo contrário. Vale repetir que as emissões de dióxido de carbono resultantes do uso de energias fósseis aumentaram 80% desde 1970. Em 2009 elas eram quase 40% superiores às de 1990, ano de referência do Protocolo de Kyoto. E a partir de 2000 voltou a aumentar muito o uso de carvão, o pior do trevo fóssil que ele forma com o petróleo e o gás.

Essa falta de correspondência entre as evoluções absolutas e relativas do uso de recursos naturais é ainda mais chocante para os metais. Nos casos do cobre e do níquel, nem é possível constatar descolamento. E recentemente ele também deixou de ocorrer com o ferro e com a bauxita. A extração desses quatro metais primários tem aumentado mais que a produção global de mercadorias. E ainda pior é o panorama do lado dos minerais não-metálicos. A produção de cimento mais do que dobrou desde 1990, ultrapassando em 70% o crescimento econômico global medido pelo PIB.

A maior fraqueza da tese convencional sobre um descolamento relativo que engendraria harmonia entre crescimento econômico e meio ambiente decorre de sua exclusividade para as vantagens das inovações advindas de avanços tecnológicos baseados na ciência. Esquece que a tecnologia não deve ser isolada dos dois outros fatores que mais contribuem para o impacto ambiental das atividades humanas: o tamanho da população e seu nível de afluência. A inovação que gera o descolamento é incapaz de também reduzir a pressão absoluta sobre os recursos naturais sempre que seus efeitos se chocam

9 - Os dados estatísticos citados a seguir têm como fonte o capítulo 5 do relatório Prosperity Without Growth", publicado em Abril de 2009 pela Comissão de Desenvolvimento Sustentável do governo britânico: www.sd-commission.org.uk/pages/redefining-prosperity.html

ao contraponto do aumento populacional e de seus níveis de consumo. É "a questão da escala", expressão com a qual se costuma caracterizar esse choque.

Muitos defensores da tese do descolamento acham que o crescimento não é apenas compatível com os limites ambientais. Pensam inclusive que ele é imprescindível para que ocorra essa compatibilização, já que induz a eficiência tecnológica. Quando a eficiência superar a questão da escala haverá sustentabilidade ambiental.

No entanto, em 1990 a intensidade carbono da economia global era de 860 gramas de dióxido por dólar de produto e a população atingira 5,3 bilhões, com uma renda média de 4.700 dólares. Isso fazia com que a emissões globais de dióxido de carbono fossem de 21,7 bilhões. Por que teriam saltado em 2007 para 30 bilhões, se a intensidade caíra para 760 gramas? Porque a população mundial subira para 6,6 bilhões e a renda per capita para 5.900 dólares.

Por outro lado, o descolamento também não se traduz em menor pressão absoluta sobre os recursos naturais por causa de um fenômeno que os pesquisadores chamam de "rebound effect", e que pode ser traduzido por efeito "bumerangue", ou "de ricochete". Querem dizer com isto que a poupança obtida com aumento de eficiência energética tende a ser empregada no consumo de outros bens e serviços com custos energéticos que podem até provocar um jogo de soma zero, situação descrita como "tiro pela culatra" ("backfire"). Basta pensar, por exemplo, em uma economia feita com a aquisição de um carro flex que viabilize a compra de mais uma viagem aérea.[10]

Por mais fascínio que possa exercer sobre os economistas convencionais a tese do descolamento, ela também é contrariada pela simples possibilidade de surgimento de produtos mais atraentes que não sejam tão ecoeficientes. A dinâmica inovadora que constitui uma das principais forças motrizes da economia capitalista – tão bem descrita por Joseph Schumpeter como um processo de destruição criativa - não permite que as empresas garantam sua sobrevivência apenas pela busca de minimização dos custos. É vital para sua adaptação que procurem lançar novidades que sejam mais estimulantes para os consumidores, mesmo que mais caras e mais devoradoras de recursos naturais.

10 - Esse é um dos tipos do efeito. Para uma idéia mais profunda e detalhada consultar o relatório elaborado por Steve Sorrell: The Rebound Effect: na assessment of the evidence for economic-wide energy savings from improved energy efficiency, A report by the Sussex Energy Group. London: UK-ERG, 2007 . Disponível em:
http://www.ukerc.ac.uk/Downloads/PDF/07/0710ReboundEffect/0710ReboundEffectReport.pdf

Conclusão

O aumento de eficiência não tem superado a questão da escala. Por isso, não é possível negar a existência do "dilema do crescimento", como tentam fazer os que enfatizam o descolamento. Entre a manutenção da estabilidade social e a necessidade de reduzir o impacto das atividades humanas sobre os recursos naturais, não existe saída simplista como a que é defendida por quem endeusa essa suposição. O dilema se impõe porque a pressão sobre os ecossistemas aumenta com a expansão da economia: quanto mais produção, mais impacto ambiental.

Mas se o aumento da eficiência não tem superado a questão da escala, isso não quer dizer que não haja saída. Quer dizer sim que também é preciso que se leve a sério os outros dois fatores fundamentais que nunca deveriam ser separados da tecnologia: a população e seu nível de consumo. E não há como buscar outras maneiras de se combinar esses três fatores que não coloque na berlinda a própria lógica interna da macroeconomia.

Por último, mas não menos importante, o descolamento está sujeito a limites físicos, tema que mereceu desde 1966 a genial contribuição teórica de Nicholas Georgescu-Roegen (1906-1994). Foi quem mostrou que as teorias da ciência econômica simplesmente tentam fazer de conta que não existe a termodinâmica, porque seria muito incômodo aceitar a sua segunda lei, da entropia. Mas ignorá-la, acreditando num descolamento absoluto significaria acreditar numa economia tipo Jardim do Éden.

"Para que o Brasil de 2020 seja muito melhor que o de 2010"

"BRASIL pós-crise Agenda para a próxima década", obra organizada por Fábio Giambiagi e Octávio de Barros e lançada recentemente com muito destaque na mídia, foi concebida ali pelo pico da "crise" que abalou o mundo há pouco mais de um ano. Mas isso foi só uma coincidência, e esse não foi o seu fato gerador.

A Apresentação do livro, feita pelos organizadores, já é uma verdadeira análise da economia brasileira recente, considerando os grandes movimentos e acontecimentos que mais a influenciaram, as políticas econômicas dos governos que se sucederam, suas contribuições, suas deficiências, e muitos aspectos mais, de forma que melhor que ninguém informa aos leitores o que vão encontrar pelas suas páginas.

Por isso, vamos aproveitar esse excelente sumário da economia brasileira feita pelos organizadores da obra, selecionando, data vênia não na mesma ordem de aparecimento no texto original, e nem o usando na íntegra, alguns pontos que vão antecipar aqui, aos leitores de ECONOMISTAS, e aos futuros leitores da obra, as intenções, objetivos, fins últimos buscados pelos próprios organizadores, que também são autores de artigos, e por seus parceiros.

Uma leitura realmente importante não só para os economistas, mas para todos aqueles que pensam Brasil, para todos os contribuintes/eleitores/políticos/cidadãos, que querem, com os organizadores, refletir para agir, pensando, assim como sub-titularam o seu próprio livro, sobre "Propostas para que o Brasil de 2020 seja muito melhor do que o de 2010".

Foto: OEB / Flávio Roberto Guarnieri

Os organizadores apresentam as propostas

O livro "BRASIL Pós Crise Agenda para a próxima década", é uma obra que trata, principalmente, do futuro e pouco do passado. Ele se destina a convencer o leitor de que o país poderá ter uma melhora importante na década de 2010, se souber conjugar o que se espera que, uma vez superada a crise, seja um quadro externo favorável, com uma renovação do ânimo reformista perdido ao longo da década atual.

Somos da opinião de que os resultados apresentados pela economia brasileira na década que está se encerrando são, em parte, o resultado de reformas feitas no passado, ligadas à estabilização, ao ajuste fiscal e à produtividade associada a uma competição crescente. Vemos méritos, tanto no Governo FHC como no de Lula, nos avanços macroeconômicos do país, especialmente nos últimos 10 anos, bem como no fato de o Brasil ser uma democracia com um grau de amadurecimento raro de se ver entre países emergentes.

Na medida em que o ímpeto de aumento da eficiência gerado por algumas das medidas adotadas no passado tende a arrefecer com o passar do tempo, porém, é importante lançar uma nova agenda de reformas. Ela evitaria que o país fique excessivamente exposto aos humores da economia internacional e tornaria ele capaz de aumentar o seu potencial de crescimento e de estar em condições de resistir em melhores condições diante de um eventual contexto externo adverso, quando isso voltar a se verificar no futuro.

O Brasil vem, progressivamente e apesar de diversos percalços, se tornando um país melhor nas últimas duas décadas, com uma economia mais madura, aumento da renda, certa redução da desigualdade distributiva e um setor privado mais eficiente. Cada Governo deu a sua cota de contribuição para esse processo. Nos cinco anos do Governo Collor/Itamar Franco (1990/1994) o crescimento econômico médio foi de apenas 1,2%, mas o país deu uma guinada fundamental para a sua modernização, com a adoção da agenda da competitividade, ligada à privatização e à abertura da economia. Nos oito anos do Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) de 1995 a 2002, o crescimento foi algo maior (2,3% a.a.) e, principalmente, o país deu passos importantes no sentido de reformar a sua economia, com o fim dos monopólios estatais; a adoção do sistema de metas de inflação; o saneamento do sistema financeiro; o câmbio flutuante; a Lei de Responsabilidade Fiscal; uma reforma parcial da Previdência; e a seqüência de anos em que, entre 1999 e 2002, as metas de superávit primário foram rigorosamente respeitadas, quando não ultrapassadas. Já nos 8 anos da Presidência de Lula (2003/2010) o crescimento médio da economia, adotando as hipóteses para 2009 e 2010 citadas anteriormente nesta apresentação, pode ser estimado em 3,6% a.a. e ficará um legado associado à significativa melhoria do emprego; a um importante processo de formalização no mercado de trabalho; à forte elevação do crédito; ao incremento do poder aquisitivo do salário mínimo; e ao aumento dos recursos aplicados na área social, com o desenvolvimento de programas focalizados e a um custo fiscal relativamente baixo.

O Brasil costuma lembrar com saudade da época em que a sua economia crescia a taxas superiores a 7% a.a. Cabe citar, porém, que isso ocorria quando a taxa de crescimento populacional era também muito elevada, a ponto de chegar a ser de 3% a.a. na dé-

Brasil pós-crise Agenda para a próxima década
Propostas para que o Brasil de 2020 seja muito melhor que o de 2010
Organizadores: Fabio Giambiagi e Octavio de Barros
Orelha: Ministro Paulo Bernardo
Prefácio: Luis Carlos Mendonça de Barros
Contracapa: Guto Abrantes

cada de 50. Agora, quando se tem a perspectiva de que, na próxima década, o crescimento da população no Brasil seja de menos de 1% a.a., o crescimento absoluto da economia não precisa repetir o dos "anos dourados" do passado.

De qualquer forma, em termos da renda per capita, o país pode, sim, em um cenário de recuperação gradual da economia mundial na próxima década, após a crise de 2008/2009, aspirar a ter o melhor desempenho desde os anos 70. Tal perspectiva merece ser saudada, uma vez que a aspiração ao progresso (em nosso caso, simbolizada de forma explícita na própria bandeira nacional) tem sido, historicamente, um fator de amálgama no Brasil. Ortega y Gasset declarou certa vez que "uma Nação é um projeto de vida em comum" e, entre os objetivos comuns a todos no Brasil, está o de ver o país prosperar.

Os artigos deste livro tomam, naturalmente, o cenário de crise de 2009 como uma referência, mas não focalizam a crise em si, uma vez que a reflexão é sobre a próxima década.

Na próxima década, o Brasil, potencialmente, poderá ser beneficiado por um conjunto de fatores favoráveis, em que se combinam circunstâncias afortunadas, junto com o amadurecimento de políticas internas apropriadas. Entre os fatos positivos que independem da existência de méritos prévios, merece destaque a conjugação de fatores naturais que aponta para o Brasil como um grande produtor de energia, ainda que isso em parte seja também reflexo de investimentos que o país fez ao longo de décadas, para que o potencial pudesse ser realizado. Em particular, cabe citar o aumento projetado da produção de petróleo; o salto da produção de gás; e a consolidação da produção de biocombustíveis. Entre os efeitos das políticas internas, o grande destaque cabe à perspectiva de redução da despesa nominal de juros, que depois de ser, em média, aproximadamente 7% do PIB nos 15 anos pós-estabilização, espera-se que perca peso em proporção importante, seja pela menor taxa de juros, como pela queda da relação Dívida pública/PIB.

Em última instância, o que estamos oferecendo aqui ao leitor trata da combinação do desejo de ter um crescimento maior e melhor.

O papel mais importante que cabe às autoridades nesse processo não é o de apontar especificamente os setores que liderarão o crescimento e sim o de contribuir para criar as condições para que o investimento como um todo floresça. Como disse, corretamente, Gustavo Franco, há alguns anos, no livro "O Brasil tem jeito?" (editora Zahar), "o investimento privado é determinado de forma descentralizada, individual. [É] um complexo processo social, uma teia de decisões interdependentes que precisa de uma atmosfera positiva, na qual horizontes precisam ser claros, a carga tributária moderada, o custo do capital razoável, a macroeconomia previsível, o marco regulatório consolidado, o mercado de capitais profundo, os investidores institucionais prestigiados, o empreendedorismo celebrado e a chance de intervenção discricionária de autoridades de vezo redentor desprezível". Contrariamente a épocas anteriores,

No Prêmio Economista do Ano 2007, Octávio de Barros entrega premiação para Fábio Giambiagi. Foto antecipadora do trabalho que os dois economistas fariam juntos neste "Brasil pós-crise.

como a do II PND, em que o Estado era indutor, financiador e ator do investimento, o que se espera do Governo, na economia moderna que almejamos ter, é justamente o papel de criar as condições para que o investimento possa aumentar rapidamente, mediante a criação dessa "atmosfera positiva, com horizontes claros, carga tributária moderada, custo de capital razoável, macroeconomia previsível", etc., de que falava Gustavo Franco.

Em destaque na lista de tarefas a cumprir, estão, entre outras coisas, o maior controle do crescimento do gasto público; a necessidade de priorizar a infra-estrutura e a educação; a reforma tributária; e a modificação das regras de aposentadoria, para adaptar o país às mudanças demográficas ligadas ao envelhecimento da população. O cálculo político definirá até que ponto essas iniciativas poderiam ser ampliadas com a incorporação de outros pontos, como por exemplo a reforma trabalhista. Ao mesmo tempo, os ditames da modernização impõem que se contemplem novos temas, como é o caso da questão ambiental.

O Brasil se encaminha rumo às eleições de 2010, circunstância propícia para que o futuro seja exaustivamente debatido. Não só porque qualquer eleição é um momento adequado para uma reflexão mais abrangente sobre o país, como também porque transições entre décadas se prestam para fazer um balanço e propor novos desafios.

O nosso objetivo, ao organizar este livro, com um conjunto seleto de autores convidados, foi o de contribuir para organizar a agenda futura em torno de alguns dos temas que deverão condicionar os rumos do país. A obra, evidentemente, não tem a pretensão de esgotar essa temática. Nossa pretensão é, porém, dar uma contribuição para o debate sobre alguns dos grandes temas nacionais. Cabe ao leitor julgar se tivemos êxito.

Texto extraído da apresentação da obra feita por Fábio Giambiagi e Octávio de Barros

Sinopse dos Artigos

O livro está dividido em três grandes partes

A primeira trata, em linhas gerais, das reformas macroeconômicas. Nela, com nove capítulos, o denominador comum é o destaque à necessidade de que o país se empenhe na aprovação de reformas chave, tantas vezes postergadas. No capítulo inicial, Octavio de Barros e Fabio Giambiagi falam de um Brasil pós-crise que precisa se adaptar às grandes transformações no cenário global, em um contexto no qual os desafios mudam de natureza. Na sequência, Antonio Delfim Netto apresenta os pontos do que poderia constituir uma espécie de "agenda fiscal", incluindo a proposta de reduzir a taxa de crescimento das despesas primárias do Governo Central à metade da taxa de crescimento do PIB, bem como um conjunto de sugestões destinadas ao aprimoramento institucional relacionado com a elaboração do orçamento. John H. Welch faz uma leitura das mudanças no sistema bancário e financeiro global no qual o Brasil está inserido. O capítulo de Octavio de Barros e Fernando Honorato Barbosa analisa os determinantes do resultado das contas externas do país e faz um exercício acerca da sua evolução nos próximos anos, apontando para a relação entre o que se pode esperar do saldo em conta corrente e o comportamento da absorção doméstica. Ernani Teixeira Torres Filho e Fernando Puga discutem o desempenho e o cenário do comércio exterior brasileiro, sugerindo o que poderia vir a ser uma estratégia para as nossas exportações. O ex-Ministro Francisco Dornelles e José Roberto Afonso apresentam as linhas gerais e conceituais de quais teriam que ser os pontos principais de uma reestruturação do sistema tributário do país. Fabio Giambiagi expõe o que poderia ser definido como uma agenda realista de reformas no campo previdenciário. Wilson Ferreira Jr. mostra qual deveria ser a agenda de curto e de longo prazo do setor elétrico, para evitar que o país sofra com velhos (como em 2001) ou novos problemas (como a maior poluição da matriz energética). Alexandre Mathias, por sua vez, mesmo destacando o sucesso do regime, propõe alguns aprimoramentos a serem incorporados ao sistema de metas de inflação.

Sinopse dos Artigos

Na segunda parte do livro, ressalta-se a importância de "resgatar" o espírito da chamada "agenda perdida" tão citada no começo da década. Nessa parte, com cinco capítulos, o que se busca é focar a análise nos aspectos microeconômicos, tão importantes para o desenvolvimento de uma economia eficiente e dinâmica. Robson Rodrigues Pereira e Octavio de Barros revisitam a agenda das reformas microeconômicas inconclusas. O capítulo de Paulo Tafner, Márcia de Carvalho e Carolina Botelho fornece pistas poderosas acerca de quais deveriam ser os melhores mecanismos para o aprimoramento das políticas sociais na próxima década, dando continuidade aos avanços observados na matéria, tanto na gestão de FHC como no Governo Lula. Gustavo Loyola apresenta no seu artigo um excelente roteiro dos itens que deveriam compor a agenda da redução do custo do capital no Brasil. Armando Castelar Pinheiro expõe uma série de recomendações para tornar a Justiça mais ágil e eficiente. José Márcio Camargo defende uma reforma trabalhista para diminuir tanto a taxa de desemprego, como a rotatividade, tão negativa para o investimento das empresas na melhoria do capital humano e no aumento da produtividade do trabalhador.

Finalmente, a terceira parte, com outros cinco capítulos, incorpora alguns itens que devem constar de uma agenda de novos temas. Aqui se incluem diversos pontos, não relacionados entre si, mas que tendem a se somar ao debate nacional na medida em que o país se desenvolve. Entre as questões, citam-se por exemplo o impacto do fato de o país passar a ser um grande produtor de petróleo; a questão ambiental; o tema da inovação; etc. O aspecto em comum dos diversos artigos é o fato de tratarem de assuntos – em alguns casos, não muito discutidos até agora e, em outros, insuficientemente debatidos - que deverão ganhar peso crescente ao longo dos próximos anos. O capítulo de José Sergio Gabrielli de Azevedo analisa a indústria do petróleo e as perspectivas do pré-sal. Fabio Giambiagi, Gil Bernardo Borges Leal, Maurício Mesquita Moreira e Paulo de Sa Campello Faveret Filho discutem a questão do financiamento de longo prazo e, especialmente, o papel do BNDES na próxima década. Alexandre Marinis debate a reforma política e explica os dilemas envolvidos na decisão acerca da seqüência ideal entre ela e as reformas estruturais. Sérgio Besserman Vianna, José Eli da Veiga e Sérgio Abranches tratam das opções que se apresentam para o país no contexto da discussão mundial acerca da questão ambiental, envolvendo questões que, a rigor, condicionam todos os demais temas do livro, pela sua dimensão crucial para a evolução do planeta como um todo. Por último, Glauco Arbix e João Alberto de Negri defendem o desenvolvimento de uma economia fortemente baseada na inovação.

Os organizadores, Junho de 2009

Conselhos Regionais de Economia

Representados – a partir de 2009 - em todos os Estados da Federação

Conselho Regional de Economia – 1ª região – RJ
Av. Rio Branco, 109 - 16º e 19º andares - Centro
Rio de Janeiro / RJ - 20.054-900
Tel: (21) 2103-0178 / Fax: (21) 2103 -0106
Presidente: Paulo Sérgio Souto
Vice-Presidente: Sidney Pascoutto da Rocha
Secretário Executivo: Wellington Leonardo da Silva
Sítio: www.corecon-rj.org.br

Conselho Regional de Economia – 2ª região – SP
Rua Líbero Badaró, 425 - Ed. Grande São Paulo, 14º andar - Centro
São Paulo / SP - 01.009-905
Tel: (11) 3291-8700 / Fax: (11) 3291-8701
Presidente: Antônio Luiz Queiroz Silva
Vice-Presidente: Manuel Enriquez Garcia
Supervisora Executiva: Maria Dolores Mayan Cripa
Sítio: http://www.coreconsp.org.br/

Conselho Regional de Economia – 3ª região – PE
Rua do Riachuelo, Ed. Círculo Católico, 105 sala 208 - Boa Vista
Recife / PE - 50050-400
Tel: (81) 3222-0758 / 3221-2473 / Fax: (81) 3222-0758
Presidente: Valdeci Monteiro dos Santos
Vice-Presidente: Osmil Torres Galindo Filho
Secretário Executivo: Luiz Raimundo Moura Neto
Sítio: http://www.coreconpe.org.br/

Conselho Regional de Economia – 4ª região – RS
Rua Siqueira Campos, 1184 - Conj 601-606 / 6º andar - centro
Porto Alegre / RS - Cep: 90010-001
Tel: (51) 3254-2600
Presidente: José Luiz Amaral Machado
Vice-Presidente: Geraldo Pinto Rodrigues da Fonseca
Gerente Executiva: Edi Cruz
Sítio: http://www.coreconrs.org.br/

Conselho Regional de Economia – 5ª região – BA
Av.Tancredo Neves, 1283 - sala 104 - Ed. Empresarial Ômega
Caminho das Árvores - Salvador / BA - Cep: 41820-021
Tel: (71) 3341-1597
Presidente: Paulo Dantas da Costa
Vice-Presidente: Carlos Rodolfo Lujan Franco
Superintendente: Bruno Pires Sacramento
Sítio: http://www.corecon-ba.org.br/

Conselho Regional de Economia – 6ª região – PR
Rua Professora Rosa Saporski, 989, bairro Mercês
Curitiba / PR - Cep: 80.810-120 Tel: (41) 3336-0701 / Fax: (41) 3336-0701
Presidente: Luiz Antonio Rubin
Vice-Presidente: Maria de Fátima Miranda
Gerente Executivo: Amarildo de Souza Santos
Sítio: http://www.corecon-pr.org.br/

Conselho Regional de Economia – 7ª região – SC
Rua Trajano, 265 - 12º andar - Centro
Florianópolis / SC - Cep: 88.010-010
Tel: (48) 3222-1979 / Fax: (48) 3222-1979
Presidente: Charles Schneider
Vice-Presidente: Pedro Vitali
Secretária Executiva: Alessandra Giseli Ugioni
Sítio: http://www.corecon-sc.org.br/

Conselho Regional de Economia – 8ª região – CE
Avenida Antônio Sales, 1317 - sala 06 / 08 - ED. Nordeste Center
Fortaleza / CE - Cep: 60.135-100
Tel: (85) 3246-1551 / Fax: (85) 3224-8162
Presidente: Desirée Custódio Mota Gondim
Vice-Presidente: Zaira Caldas Oliveira
Gerente Executiva: Lúcia Melo
Sítio: http://www.corecon-ce.org.br/

Conselho Regional de Economia – 9ª região – PA
Rua Jerônimo Pimentel,918 - Umarizal
Belém / PA - Cep: 66.055-000
Tel: (91) 3223-1988 / Fax: 3242-0207
Presidente: Sérgio Roberto Bacury de Lira
Vice-Presidente: Clarice Oliveira Magalhães Alves
Gerente Executivo: Julieta Hattori
Sítio: http://www.coreconpara.org.br/

Conselho Regional de Economia – 10ª região – MG
Rua Paraíba, 777 - Funcionários
Belo Horizonte / MG - Cep: 30.130-140
Tel: (31) 3261-5806 / Fax: (31) 3261-8127
Presidente: Wilson Benício Siqueira
Vice-Presidente: Jersone Tasso Moreira Silva
Gerente Executivo: Flávio Vidigal de Carvalho Pereira
Sítio: www.portaldoeconomista.org.br

Conselho Regional de Economia – 11ª região – DF
Setor Comercial Sul, Quadra 4, Ed. Embaixador, Sala 202
Brasília / DF - Cep: 70.318-900
Tel: (61) 3964-8366, 3223-1429, 3225-9242 - Fax(61) 3964-8364
Presidente: José Luiz Pagnussat
Vice-Presidente: Jusçânio Umbelino de Souza
Gerente Executiva: Michele Cantuária
Sítio: www.corecondf.org.br

Conselho Regional de Economia – 12ª região – AL
Rua Dias Cabral, 165 - 1º andar Centro
Maceió / AL - Cep: 57.020-250
Tel: (82) 3221-3850
Presidente: Denivaldo Targino da Rocha
Vice-Presidente: José Clailton Moreira Fernandes
Gerente Executivo: Divaldo Coutinho
Sítio: www.corecon-al.org.br

Conselho Regional de Economia – 13ª região – AM
Rua Leonardo Malcher, 768 - CENTRO
Manaus / AM - Cep: 69.010-170
Tel: (92) 3234-2421 / 3622-7880 / 3622-2826 / Fax: (92) 3234-2421
Presidente: Erivaldo Lopes do Vale
Vice-Presidente: Arlene Gomes de Sousa
Gerente Executiva: Keity Anny Matos da Silva
Sítio: www.corecon-am.org.br

Conselho Regional de Economia – 14ª região – MT
Rua 06 - Quadra 11 - Lote 02 - Palácio Paiaguás
Cuiaba / MT - Cep: 78.050-900
Tel: (65) 3644-1607
Presidente: Aurelino Levy Dias de Campos
Vice-Presidente: Reginaldo Conceição Amorin
Gerente Executiva: Tianna Pereira Monteiro da Silva
Sítio: www.cofecon.org.br/corecon-mt

Conselhos Regionais de Economia

Representados – a partir de 2009 - em todos os Estados da Federação

Conselho Regional de Economia – 15ª região – MA
Av. Jerônimo de Albuquerque, s/ nº, Casa do Trabalhador, sala 104 - Calhau
São Luís / MA - Cep: 65.074-220
Tel: (98) 3236-5376 / Fax: (98) 3246-1784
Presidente: Dilma Ribeiro de Sousa
Vice-Presidente: José Cursino Raposo Moreira
Secretária Executiva: Marlene Costa Luz
Sítio: http://www.corecon-ma.org.br/

Conselho Regional de Economia – 16ª região – SE
Rua Duque de Caxias, 398 - São José
Aracaju / SE - Cep: 49.015-320
Tel: (79) 3214-1883 / 3214-0173 / Fax: (79) 3211-7826
Presidente: José Carlos vieira de Souza
Vice-Presidente: Hermany Machado Ferreira
Gerente Executiva: Artemisa Ribeiro Batista
Sítio: http://www.corecon-se.org.br/

Conselho Regional de Economia – 17ª região – ES
Rua Alberto de Oliveira Santos, 42 - sl. 1903/1904 - CENTRO
Vitória / ES - Cep: 29.010-250
Tel: (27) 3233-0618 / 3222-1985
Presidente: Marcos Adolfo Ribeiro Ferrari
Vice-Presidente: Gradiston Coelho da Silva
Gerente Executiva: Josiane Gonçalves da Silva Tavares
Internet: http://www.corecones.com.br/

Conselho Regional de Economia – 18ª região – GO
Rua 86, nº 617 - Setor Sul
Goiânia / GO - Cep: 74.083-330
Tel: (62) 3218-3311 / Fax: (62) 3218-3311
Presidente: Rosa de Fátima Almeida de Oliveira
Vice-Presidente: Eber Vaz
Responsável Direto: Maria Paula Badra (Secretária Executiva)
Sítio: http://www.corecon-go.org.br/

Conselho Regional de Economia – 19ª região – RN
Rua Princesa Isabel, 815, Cidade Alta
Natal / RN - 59.025-400
Tel: (84) 3201-1005 / 3201-1655 / Fax: (84) 3201-1655
Presidente: Janduir Oliveira da Nóbrega
Vice-Presidente: Joana D'Arc Davi de Carvalho Rodrigues
Responsável Direto: Maria Maíza de Paiva Costa (Gerente-Executiva)
Sítio: http://www.corecon-rn.org.br/

Conselho Regional de Economia – 20ª região – MS
Rua Dr. Arthur Jorge, 2437 - Monte Castelo
Campo Grande / MS - 79.010-210
Tel: (67) 3356-4796 / Fax: (67) 3356-7405
Presidente: Thales de Souza Campos
Vice-Presidente: Dilson Tadeu Auerswald
Responsável Direto: Andréia dos Santos Ferreira Silva (Gerente de Fiscalização)
Sítio: http://www.coreconms.org.br/

Conselho Regional de Economia – 21ª região – PB
Rua Duque de Caxias, 400, Ed. 05 de Agosto, 8º andar
Centro - João Pessoa / PB - 58010-821
Tel: (83) 3241-1089 / Fax: (83) 3241-1089
Presidente: Celso Pinto Mangueira
Vice-Presidente: Maria Janete de Melo Pereira
Responsável Direto: Valdete Fernandes Rodrigues (Gerente Executiva)
Sítio: http://www.corecon-pb.org.br/

Conselho Regional de Economia – 22ª região – PI
Rua Felix Pacheco, 1680 - CENTRO
Teresina / PI - 64.001-160
Tel: (86) 3221-7337 / Fax: (86) 3221-0169
Presidente: Paulo José Santos do Nascimento
Vice-Presidente: Verônica Paraguassu Martins
Responsável Direto: Maria do Espírito Santo Gonçalves de Oliveira Silva (Secretária-Executiva)
Sítio: http://www.corecon-pi.org.br/

Conselho Regional de Economia – 23ª região – AC
Av.: Ceará, 3201 - 1º Piso, Alto da Convel Abraão Alab
Rio Branco / AC - 69.907-000
Tel: (68) 3227-3490
Presidente : Lucas Araújo Carvalho
Vice-Presidente: Antônio Batista Brito
Responsável Direto: Rogéria Laranjeira Machado (Secretária-Executiva)
Sítio: http://www.corecon-ac.org.br/

Conselho Regional de Economia – 24ª região – RO
Avenida Calama, 2300, Sala 14, Bairro São João Bosco
Porto Velho / RO - 78.904-160
Tel: (69) 3224-1452 / Fax: (69) 3224-1452
Presidente: João Bartolomeu Kluska
Vice-Presidente: Carlos André Barbosa de Jesus
Responsável Direto: Maurício Oliveira (Secretário-Executivo)
Sítio: http://www.corecon-ro.org.br/

Conselho Regional de Economia – 25ª região – TO
Quadra 108 N, Alameda 02, lote 58
Palmas / TO - 77.065-670
Tel: (63) 3215-2886
Presidente: Claudiney Henrique Leal da Cunha
Vice-Presidente: Francisco Viana Cruz
Responsável Direto: Rosilene Sudré da Silva (Secretária-Executiva)
Sítio: http://www.corecon-to.org.br/

Conselho Regional de Economia – 26ª região – AP
Rua Manoel Eudóxio Pereira, 826 - Santa Rita
Macapá / AP CEP: 68906-450
Tel: (96) 3225-1323 / Fax: (96) 3225-1323
Presidente: Waldir Garcia de Oliveira
Vice-Presidente: Vitor Barros da Silva
Responsável Direto: Sabrine Pinto (Secretária-Executiva)
Sítio: http://www.corecon-ap.org.br/

Conselho Regional de Economia 27ª Região – RR
Rua Major Williams, 2.108 – Bairro São Francisco
Boa Vista / RR - 69.301-110
Presidente: Emerson Carlos Baú
Vice-Presidente: Eduardo Aucar Seffair
E-mail: corecon-rr@cofecon.org.br

Economistas: indispensáveis e insubstituíveis sob qualquer regime

COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

Sede: Setor Comercial Sul, Quadra 02, Bl. B, sala 501
70318-900 - Brasília/DF
Tel: (61) 3208 1800
Fax: (61) 3208 1814
E-mail: cofecon@cofecon.org.br